

# O Anjo Bom da Bahia



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Conheci Irmã Dulce no primeiro ano de meu governo, em 1985, quando fui à Bahia. Um dos primeiros compromissos de meu programa foi uma visita à OSID — Obras Sociais Irmã Dulce, uma organização que ela formara para exercer a caridade maior, marca de sua vida e sua destinação. Hoje uma das maiores obras filantrópicas do país, se não a maior, distribuindo assistência aos mais pobres e mais necessitados.

Sua figura lendária já era uma referência de missionária, que, desde moça, aos 19 anos — antes disso, aos 13 anos, fora recusada em um convento por ser considerada muito jovem —, ingressara na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, onde não foi abrigada, mas, sim, abrigou a congregação. Em vez de ser missionária da Ordem, a Ordem é que foi sua missionária, porque a Ordem ganhou visibilidade e expressão com sua presença e seu trabalho.

Costuma-se comparar Irmã Dulce à Madre Teresa de Calcutá, na Índia, onde também a pobreza é uma mancha e uma marca significativa. Lá o problema é tão dramático que chega a situações inacreditáveis, como a das crianças que pedem esmolas nas calçadas e escadarias das mesquitas e, por hereditariedade, têm suas pernas fraturadas, porque aleijadas podem continuar a exercer a ius mendicandi nesse espaço trágico, que humilha o gênero humano.

Irmã Dulce, a meu ver, é ainda maior que Madre Teresa de Calcutá, pois foi destinada por Deus a enfrentar corações duros e mentes apagadas que lhe dificultaram o exercício da caridade:

um dia, quando pedia esmolas para seus pobres, um homem cuspiu em suas mãos, e ela respondeu, reagindo àquele insulto com bondade dizendo: "Esse cuspe é para mim. Agora, quero que o senhor me dê a ajuda de que os miseráveis estão necessitando".

Essa era Irmã Dulce. Quando nos olhamos pela primeira vez, tive a sensação de que estava imantado pela sua irradiação de santidade, que profundamente me tocava. Via naquela mulher, esquelética e sofrida, um instrumento de Deus na Bahia, onde acolhia os doentes, miseráveis e mendigos das ruas, abrigando-os onde podia. Levada pelo seu espírito forte e por sua determinação, uma vez chegou a colocar 70 doentes onde era o galinheiro do Convento Santo Antônio, transformando o galinheiro em albergue, já que todos os outros espaços do seu ambulatório estavam ocupados por outros necessitados, recolhidos da pobreza.

Assim, senti que entrava pelos meus olhos a aura de um ser diferente, iluminado por Deus, para cumprir na Terra uma missão divina — a poucos o Criador escolhe para agir em Seu nome a favor da humanidade. Não tive dúvida de que estava em frente de uma santa.

Passei a amar Irmã Dulce com todas as forças da minha personalidade. E coloquei-me à sua disposição para ajudar na sua obra. Em mais dois ou três encontros, dei-lhe acesso ao telefone vermelho do gabinete — de exclusiva comunicação com meus ministros militares, usado apenas em caso de extrema gravidade e urgência, a qualquer momento e a qualquer hora.

Disse-lhe que, em momentos de dificuldade, ela me chamasse, comparando o seu chamado ao mais alto de urgência nacional.

Ela não abusou. Pouquíssimas vezes me chamou, somente em momentos em que ela não tinha mais em que se segurar, e eu a atendi sempre, buscando a solução do seu pedido.

Irmã Dulce já era reconhecida na Bahia,

e tornei-me seu devoto, sabendo que era um ser extraordinário.

Nesta quarta-feira, 13 de agosto, foi o dia escolhido como seu dia quando se tornou santa, recebendo a denominação de Santa Dulce dos Pobres.

Eu estava nessa cerimônia em Roma, no Vaticano, sentado a poucos metros de onde o papa Francisco celebrava a missa da sua canonização. Nesse tempo eu já não era mais presidente da República, mas ocupava a importante posição de seu devoto.

Sentei-me ao lado do ministro Toffoli, que, ali também, como presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, estava presente.

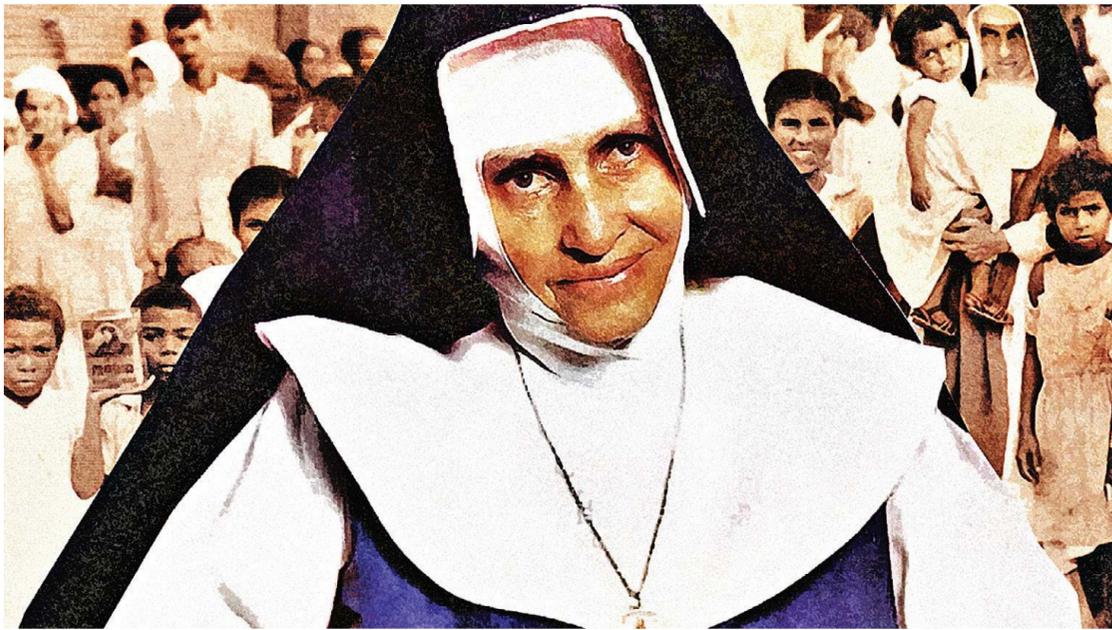
Deixei para hoje, dia desta coluna, que é publicada também no meu Instagram, para prestar à Santa Dulce mais uma vez a homenagem do meu amor, do meu carinho, da minha fidelidade e a minha devoção pela força que teve na Terra, pedindo que também a tenha onde estiver, em companhia de Deus.

Quando Irmã Dulce estava muito doente, já perto de sua morte, fui visitá-la. Ela dormia numa cadeira, sem poder mais ficar na cama: ajoelhei-me e beijei seus pés.

Irmã Dulce tem-me ajudado em todos os momentos em que a ela me socorri, porque ela também me deu seu telefone vermelho para chamá-la: basta invocá-la em momentos de oração.

No dia em que deixei a Presidência, esperando ser vaiado na descida da rampa do Planalto pela multidão que ali se encontrava, composta de adversários meus, tirei um lenço branco do bolso e balancei, acenando e me despedindo, como realmente estava. Essa mesma multidão que ali estava para vaiar-me começou a aplaudir. Sei que, a meu lado, promovendo essa mudança milagrosa, estava a mão de Santa Dulce — que ali não era somente dos pobres, mas também dos devotos que a ela se socorrem.

Neste momento de tantas crises e dificuldades que o país atravessa, devemos fazer a nossa parte e invocar, não o Anjo Bom da Bahia, mas o Anjo Bom do Brasil, a nossa Santa Dulce dos Pobres.



## O desafio coletivo da saúde mental nas escolas



» MÁRCIA KALVON  
Diretora-executiva do Infínis (Instituto Futuro é Infância Saudável)

» AMANDA GREGÓRIO  
Analista sênior do Infínis

"Transformar a saúde mental da juventude é, em última instância, transformar o futuro das sociedades". Essa é uma reflexão do artigo de abertura da mais recente publicação da Stanford Social Innovation Review Brasil (SSIR) sobre saúde mental e o desafio coletivo nas escolas. Em um país com cerca de 47 milhões de alunos entre o ensino fundamental e o médio, a afirmação resume bem a urgência e o potencial de impacto de um debate que precisa continuar sendo endereçado no Brasil.

Em função do Dia Internacional da Juventude, nesta terça-feira, foi realizada no Congresso Nacional, em Brasília, uma mesa redonda para discutir o tema de forma intersectorial. O maior diferencial do evento foi reunir coletivos de jovens com tomadores de decisão, como o deputado federal José Airton, secretário da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude da Câmara.

Incluir essa pauta em um dia de celebrar a juventude não foi uma escolha à toa. De acordo com uma pesquisa realizada pelo psiquiatra norte-americano Ronald C. Kessler, da Universidade de Harvard, cerca de 50% dos casos de transtorno mental têm início antes dos 15 anos. A adolescência é uma fase crítica e de alta vulnerabilidade, com mudanças fisiológicas da puberdade e impacto na regulação emocional. Em contrapartida, esse momento também oferece um grande potencial de prevenção, mas, para

isso, exige uma nova cultura de cuidado que vá além do diagnóstico, com escuta qualificada e políticas públicas integradas que promovam o bem-estar nos espaços onde os jovens vivem, estudam, trabalham e interagem.

Nesse sentido, a escola se destaca como ambiente prioritário para a promoção da saúde mental. É o espaço onde as crianças e os adolescentes passam boa parte dos seus dias, não apenas para aprender português ou matemática, mas também para construir suas identidades, conviver em sociedade e se formar integralmente enquanto cidadãos.

A experiência mostra que programas estruturados em escolas podem reduzir fatores de risco, melhorar o clima no ambiente de educação e fortalecer os vínculos entre os jovens e a comunidade escolar. Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, ficou estabelecido o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em todos os níveis da educação básica. Já o Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Educação (MEC), também é um exemplo importante por incluir a saúde mental e a prevenção às violências como prioridade. Assim como a aprovação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Lei 14.819/2024), ferramenta que amplia o horizonte dessa atuação integrada.

Não podemos esquecer aqueles que vivem a realidade escolar todos os dias. A escuta e o protagonismo infantojuvenil precisam deixar de ser apenas discursos simbólicos e passar a orientar as políticas públicas voltadas para essa etapa do desenvolvimento. Quando ouvimos de forma qualificada, eles ajudam a construir respostas mais conectadas com a realidade dos territórios escolares e ampliam a potência de ações intersetoriais.

Outro aspecto que não pode ser ignorado é o impacto das telas no bem-estar mental

de crianças e adolescentes, que passam muito tempo conectados. Como mostra a publicação recente do 6º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância, um trabalho liderado pelo psiquiatra Rodrigo Bressan indicou que o tempo médio que os jovens acompanhados pelo estudo passam no TikTok diariamente é de 4 horas e 37 minutos, com picos de acesso durante a madrugada. Já o psicólogo social norte-americano Jonathan Haidt, autor de Geração ansiosa, explicita como o aumento do uso de smartphones coincide com a elevação nos índices de suicídio e autolesão entre os jovens, em diversos países do mundo. Além de substituir cada vez mais o tempo e espaço dedicados à socialização presencial e às brincadeiras ao ar livre, esses dispositivos são fontes frequentes de distração, a partir de aplicativos com características altamente viciantes, estimulando o uso passivo e prolongado.

A resposta para esse problema precisa ser multidimensional, e a escola desponta como uma parceira extremamente importante das famílias para estabelecer regras claras e contextualizadas de uso e desenvolver uma educação digital crítica, capaz de formar jovens mais conscientes dos efeitos da exposição online e preparados para fazer escolhas mais saudáveis.

Na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Juventude, mais do que celebrar, é tempo de reafirmar compromissos. Com o direito à saúde mental como norte, famílias, comunidade escolar e tomadores de decisão devem atuar de forma integrada, sempre levando em consideração a escuta ativa de crianças e adolescentes. Só assim, teremos políticas públicas realmente efetivas para aqueles que são, ao mesmo tempo, protagonistas e vítimas de um mundo em transformação. O futuro do país que queremos passa pela promoção de uma infância saudável e equitativa. E o futuro é agora.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (Interneta) // circecunha.df@dabr.com.br



## Longevidade sem garantia de dignidade

A expectativa de vida do brasileiro ao nascer chegou, em 2023, a 76,4 anos. O avanço é fruto de décadas de melhorias na medicina, no saneamento, na alimentação e nas políticas de saúde pública. Contudo, para além da conquista estatística, persiste um fato incômodo: o Brasil ainda não se preparou para a realidade de envelhecer bem, incluindo governo, iniciativa privada, sociedade civil e, não raramente, as próprias famílias. Parece que a longevidade e a dignidade seguem caminhos que raramente se cruzam.

À medida que o indivíduo avança para a terceira idade, multiplicam-se os obstáculos a uma vida saudável e produtiva. Os ganhos obtidos com a ciência ameaçam ser neutralizados pela negligência social. Não se trata apenas de garantir anos a mais na certidão de nascimento; trata-se de assegurar que esses anos sejam vividos com qualidade. Em um país onde, segundo dados oficiais, 65.488 denúncias de violência contra pessoas idosas foram registradas apenas entre janeiro e abril de 2025 (um crescimento de 38% em relação ao mesmo período de 2023), viver mais também significa correr mais riscos. Esse dado, obviamente, não registra as omissões de lares, onde não se imagina a realidade. Realidade essa que assusta quando se constata que 70% das vítimas são mulheres e que a maior parte das agressões ocorre dentro do próprio lar, espaço que deveria representar amparo e segurança.

A violência contra a pessoa idosa, na verdade, não é exclusividade brasileira. Tanto que a Organização das Nações Unidas instituiu, há anos, o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa (15 de junho). Mas no Brasil o problema assume contornos mais severos, pois soma-se a um sistema de proteção insuficiente e a uma cultura que, em vez de valorizar a experiência e a memória, tende a descartá-las. O Estatuto do Idoso, de 2013, foi um marco legislativo, mas segue o destino de outras leis nacionais: o risco de tornar-se letra morta, por ausência de fiscalização e políticas públicas consistentes.

Enquanto isso, as estatísticas demográficas avançam. Em 2023, 15,6% da população brasileira tinha 60 anos ou mais, superando o percentual de jovens entre 15 e 24 anos (14,8%). Há apenas duas décadas, eram 15,2 milhões; hoje, são 33 milhões de idosos. Uma transformação social dessa magnitude exigiria preparo estratégico, investimento em saúde preventiva, redes de apoio e, sobretudo, mudança cultural. Mas o país parece ainda atônito diante do fenômeno.

A comparação internacional ajuda a dimensionar o desafio. Nos Estados Unidos, levantamento da AARP mostra que 70% das pessoas com 50 anos ou mais planejam viajar em 2025, contra 65% no ano anterior. Em média, cada indivíduo realizou 3,9 viagens em 2024, superando a previsão inicial. Quase metade pretende fazer viagens internacionais. Trata-se de um indicativo de que, para muitos aposentados norte-americanos, a terceira idade é vivida como oportunidade de lazer, descoberta e integração social.

Na Alemanha e em outros países europeus, onde mais de 21% da população tem 65 anos ou mais, a velhice costuma ser acompanhada por robustos sistemas de bem-estar social, pensões adequadas e acesso universal à saúde de qualidade. Lá, o idoso não é visto como peso econômico, mas como integrante ativo da vida comunitária. Isso permite que continue participando de atividades culturais, viagens e práticas esportivas, mantendo-se saudável física e mentalmente.

O contraste com o Brasil é contundente. Aqui, um número expressivo de aposentados é obrigado a retornar ao trabalho para complementar a renda, enquanto outros veem mais da metade de seus proventos drenados por medicamentos e planos de saúde. Lazer, turismo e cultura tornam-se luxos inalcançáveis. E, em muitos casos, a rede familiar, fragilizada por crises econômicas e transformações sociais, não consegue prover o suporte afetivo e material necessário.

O Estudo Longitudinal das Condições de Saúde e Bem-Estar da População Idosa (ELSI), em andamento há seis anos, busca traçar um retrato abrangente dessa população, cruzando dados e mapeando vulnerabilidades. Mas o diagnóstico, por si só, não basta. É preciso transformar números em ação: ampliar centros de convivência, reforçar programas de saúde integral, promover campanhas de valorização da experiência de vida e treinar profissionais para lidar com as especificidades da terceira idade.

A educação também pode ter papel decisivo. Inserir nas escolas conteúdos sobre envelhecimento e respeito intergeracional ajudaria a formar novas gerações menos propensas à indiferença ou à violência. Afinal, envelhecer é um destino comum. A cultura do cuidado não se improvisa; constrói-se com o tempo, ao mesmo tempo que, se bem usado, transforma longevidade em verdadeira conquista civilizatória.

Enquanto o Brasil continuar aplaudindo a longevidade apenas como dado estatístico, sem enfrentar a deterioração silenciosa da qualidade de vida, estaremos celebrando uma vitória incompleta. A vida prolongada, quando vivida sob a sombra da violência, da precariedade econômica e da exclusão social, deixa de ser bênção para se tornar sobrevivência. É hora de assumir que envelhecer com dignidade não é privilégio: é direito. E, como todo direito, precisa ser defendido com políticas concretas, recursos consistentes e, acima de tudo, respeito.

### » A frase que foi pronunciada

"Qualquer um que mantenha a habilidade de enxergar a beleza não envelhece."

Franz Kafka

### » História de Brasília

Não para por aí. A chapa não pode ser pregada pelo proprietário do carro, nem a Prefeitura dá condições. Então, o motorista precisará de parafusos. Não há uma única casa com parafusos à venda nas proximidades. Terá que cair nas mãos do Paraguai, que cobra 25 cruzeiros por um parafuso. (Publicada em 8/5/1962)